



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
NORTE – CAMPUS IPANGUAÇU
CURSO TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

FRANCIDALVA OLIVEIRA DA SILVA

**AGROECOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A
FAMÍLIA OLIVEIRA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS-RN.**

IPANGUAÇU/RN

2018

FRANCIDALVA OLIVEIRA DA SILVA

**AGROECOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A
FAMÍLIA OLIVEIRA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN.**

Monografia apresentado à Diretoria Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Ipanguaçu, como pré-requisito necessário à obtenção do título de Tecnologia em Agroecologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fatima Maria de Oliveira

IPANGUAÇU-RN

2018

S586a

Silva, Francidalva Oliveira da

Agroecologia e relações de gênero no campo: um estudo sobre a família Oliveira no Município de Santana do Matos/RN / Francidalva Oliveira da Silva. – 2018.

56 f : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Agroecologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Ipanguaçu, 2018.

Orientadora: Prof. Dra. Fátima Maria de Oliveira.

1. Agricultura Familiar. 2. Agroecologia. 3. Gênero – Reprodução Social. I. Oliveira, Fátima Maria de. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. III. Título.

CDU 631.115.11(813.2)

Catálogo na Publicação elaborada pela Seção de Processamento Técnico da Biblioteca Setorial Myriam Coeli do IFRN.

FRANCIDALVA OLIVEIRA DA SILVA

**AGROECOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A
FAMÍLIA OLIVEIRA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS-RN.**

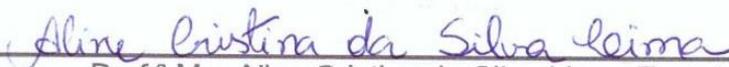
Monografia de Curso apresentado à Diretoria Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Ipangaçu, como pré-requisito necessário à obtenção do título de Tecnologia em Agroecologia.

Aprovado em 18/07/2018

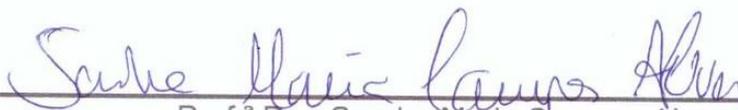
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Fatima Maria de Oliveira – Presidente.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.



Prof.ª Ma. Aline Cristina da Silva Lima - Examinador.



Prof.ª Dra. Sandra Maria Campos Alves - Examinador.

Dedico este trabalho com todo amor do meu coração aos meus pais, Francisco Tertuliano da Silva e Maria Dalva de Oliveira da Silva, por todo carinho e dedicação prestados a mim durante toda minha vida, por terem me apoiado e sempre me ajudado em tudo, para que eu não desistisse deste sonho e que acreditaram em mim quando eu mesma já não acreditava, por terem me ensinado a ter fé em Deus para lutar pelos meus objetivos. Vocês são dois anjos que Deus colocou em minha vida, e sem os quais não sou nada.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus que sempre me deu forças e me guiou para que eu não viesse a desistir, desta maneira fez com que eu chegasse até aqui e conseguisse alcançar os meus objetivos, mesmo pensando por diversas vezes em abandonar tudo.

A todas as pessoas de boa vontade que me incentivaram e contribuíram para elaboração desta monografia:

Ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte, IFRN, que permitiu o término da monografia com a tranquilidade necessária, bem como aos professores e colegas, que muito contribuíram para este trabalho.

A professora Fatima, por sua grande contribuição para a construção desta pesquisa, apoio, paciência e dedicação. Meus sinceros agradecimentos.

À valiosa orientação, conhecimento, compreensão e liberdade de expressão, advindos de meu coorientador Prof. Ms. Robson Campaneruti da Silva.

A professora Ítala Iara, que esteve presente durante toda a minha trajetória acadêmica, ao qual me apoiou e incentivou a ser sempre melhor, de forma que viesse a crescer tanto profissionalmente como pessoal. O meu muito obrigada por tudo!

Aos meus pais Francisco Tertuliano e Maria Dalva, que sempre permanecem na torcida da minha vitória e que sempre foram paciente, permitindo que fosse a partir do meu tempo, mas que ao mesmo tempo sempre me incentivava a concluir. Amo vocês!

A minha colega que o IFRN me presenteou, ao qual vivenciei momentos maravilhosos, e que ao longo da jornada acadêmica me ajudou direta ou indiretamente. O meu muito obrigada à Fernanda Danyelle.

Ao meu eterno grupo BOI DE BIRICO e amigos do curso, Layse Nayara, Marcione Matheus e Paula Frassinetti, que aturaram minhas chatices e reclamações durante todo o curso, que estiveram sempre presente nas horas que mais precisei com palavras de apoio. Levarei sempre em meus pensamentos os maravilhosos momentos que compartilhamos, as nossas brincadeiras, brigas e fofocas. Amo vocês!

PEDRA, PAU, ESPINHO E GRADE

*“No meio do caminho tinha uma pedra”,
Mas a ousada esperança de quem marcha cordilheiras
Triturando todas as pedras
da primeira à derradeira de quem banha a vida toda
no unguento da coragem
e da luta cotidiana
faz do sumo beberagem
topa a pedra pesadelo
é ali que faz parada
para o salto e não o recuo
não estanca os seus sonhos
lá no fundo da memória,
pedra, pau, espinho e grade
são da vida desafio.
E se caem, nunca se perdem
Os seus sonhos esparramados
adubam a vida, multiplicam
são motivos de viagem.*

Conceição Evaristo, Cadernos Negros, 1992.

AGROECOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A FAMÍLIA OLIVEIRA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS-RN.

SILVA, F. O. da. **Agroecologia e relações de gênero no campo:** Um estudo sobre a família Oliveira no município de Santana do Matos-RN. 2018, f. Monografia (Graduação em Tecnologia em Agroecologia), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – Campus Ipangaçu (IFRN/IP). Ipangaçu – RN. Brasil, 2018.

RESUMO: O trabalho investiga a família Oliveira, que tem como principal fonte para seu sustento o trabalho com a agricultura familiar. A pesquisa tem como objetivo construir e sistematizar de forma contextualizada a trajetória dessa família a partir das narrativas visuais (fotografias) e verbais oriundas das conversas/diálogos entre meus familiares (pesquisadora e pesquisada). O estudo se deu no sítio Runfão, localizado na zona rural do município de Santana do Matos-RN. A metodologia utilizada consistiu em um estudo de caso com narrativas de vida para descrever o cenário que toma a noção de modos de vida da família e uma pesquisa bibliográfica. Esse conjunto de termos foram necessários para formar um espaço tridimensional para a investigação das narrativas. A partir das informações obtidas nas entrevistas e revisão de literatura, foram feitos os resultados e discussões no qual encontramos o real significado da palavra agroecologia acerca de suas práticas. Como também o significado da palavra gênero ao qual seria todos os aspectos sócio-culturais historicamente construídos que podem viver em um indivíduo. Por exemplo, o gênero incluiria comportamentos, preferências, interesses, maneiras de se vestir, andar e falar sobre ser homem e ser mulher. Identificamos assim, que todos os filhos de minha avó chegaram a frequentar a escola, porém, o analfabetismo está relacionado ao estilo de organização familiar que gira em torno do trabalho no campo e por fim, descobrimos que as práticas desenvolvidas pela família Oliveira, não correspondem aos princípios agroecológicos trata-se apenas de uma agricultura sem veneno.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroecologia. Gênero. Reprodução social.

AGROECOLOGY AND GENDER RELATIONS IN THE FIELD: A STUDY ON THE OLIVEIRA FAMILY IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA DO MATOS - RN.

SILVA, F. O. da. **Agroecology and Gender relations in the field:** A study about the Oliveira family in the municipality of Santana do Matos-RN. 2018, f. Monography (Undergraduate in Technology in Agroecology), Federal Institute of Education Science and Technology - Campus Ipanguaçu (IFRN / IP). Ipanguaçu - RN. Brazil, 2018.

ABSTRACT: The work investigates the Oliveira family, whose main source for their livelihood is work with family agriculture. The research aims to construct and systematize in a contextualized way the trajectory of this family from the visual narratives (photographs) and verbal from the conversations / dialogues between my relatives (researcher and researcher). The study was carried out on the Runfão site, located in the rural area of the municipality of Santana do Matos-RN. The methodology used consisted of a case study with life narratives to describe the scenario that takes the notion of family lifestyles and a bibliographical research. This set of terms was necessary to form a three-dimensional space for the investigation of narratives. From the information obtained in the interviews and the literature review, the results and discussions were made in which we find the real meaning of the word agroecology about its practices. We thus identified that all children came to attend school, but illiteracy is related to the style of family organization that revolves around the field work and finally found that the practices developed by the family do not correspond to the principles agroecological is only of an agriculture without poison.

Keywords: Family farming. Agroecology. Genre. Social reproduction.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Mapa do Município de Santana do Matos-RN	42
FIGURA 02	Acesso à propriedade da Família Oliveira no Sítio Runfão-Santana do Matos-RN	44
FIGURA 03	Extrativismo Vegetal: Rafael Oliveira, membro da família colhendo a safra de manga no sítio Runfão- Santana do Matos-RN	46
FIGURA 04	Extrativismo Vegetal da Manga (<i>Mangifera indica</i> L.)	47
FIGURA 05	Acesso à propriedade dos vizinhos, por não ter demarcação com cercas.....	49
FIGURA 06	Minevina Etelvina da Solidade e João Braz Cavalcante	52
FIGURA 07	Maria Salete de Oliveira e João Francisco de Oliveira.....	54
FIGURA 08	Minha avó, minha mãe e eu comemorando seus 67 anos de vida...	55
FIGURA 09	Escrita da minha mãe: versos produzidos por ela, durante o tempo livre no sítio Runfão- Santana do Matos-RN.....	58
FIGURA 10	Produção de Louça de Barro - Um dos artesanatos que minha mãe produzia no tempo livre.....	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	18
3. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	19
3.1 A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA	19
3.2 DIVISÃO DE TRABALHO	24
3.3 REPRODUÇÃO SOCIAL E A AGRICULTURA FAMILIAR	27
3.4 IDENTIDADE DE GÊNERO NA AGRICULTURA	32
3.5 EMPODERAMENTO DAS MULHERES	34
3.6 AGRICULTURA CONVENCIONAL/ FAMILIAR	36
3.7 AGROECOLOGIA	38
4. METODOLOGIA	40
4.1 DESCRIÇÃO DO ESPAÇO E DO TEMPO NARRATIVO	40
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO	42
4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO RUNFÃO	44
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
5.1 DISCUTINDO OS RESULTADOS OBTIDOS	50
5.2 BREVE RELATO DA HISTORIA DE VIDA DA FAMÍLIA OLIVEIRA	51
5.2.1 TRABALHO X ESCOLA	57
5.2.2 LIDERANÇA DAS MULHERES	60
5.3 ESCLARECENDO O PONTO DE VISTA AGROECOLÓGICO	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre gênero abrangem os mais diferentes campos de conhecimentos, porém poucos são referentes ao ambiente rural, são raros os estudos, que buscam entender a pluriatividade como fator de modificação para papéis sociais de homens e mulheres no ambiente rural.

Com o passar dos anos, os estudos relacionados sobre gênero de homens e mulheres passaram a ser compreendidos de forma relacional, por meio de ações sociais e não mais individualmente, exclusivamente por aspectos físicos e biológicos.

Segundo Fischer; Melo 1996; Melo, 1999, muitas das mulheres labuta na ruralidade, trabalham durante todo o ano, participando direta e indiretamente nas atividades ligadas à agricultura (trabalho agrícola, cuidado com os animais e comercialização da produção).

Entretanto, as mulheres exercem especialmente os afazeres referentes ao trabalho agrícola da colheita e do plantio, que a divisão sexual do trabalho elegeu como atividades leves. Muitas vezes, quando se há uma necessidade, as mulheres executam o trabalho reconhecido como masculinos, como a destoca¹. A “flexibilidade” de trabalho nas atividades agrícolas também é válida para o trabalhador masculino, que em época de pique da colheita, trabalha juntamente com as mulheres nessa atividade, dita feminina (colheita, derrubada, plantio, entre outras).

Diante disso, é importante saber como estas novas formas de inserção no mercado de trabalho, sobretudo as que absorvem a mão de obra feminina, estão influenciando não só as dinâmicas econômicas locais, mas também a configuração das famílias rurais, para que se possa conhecer as populações rurais e a agricultura familiar nos seus mais diversos aspectos.

No contexto de reestruturação da economia local do meio rural, pode-se observar a emergência de um plano socioeconômico que esteja gerando melhoria das condições de vida dos agricultores familiares: o sistema produtivo agroecológico (CF. ALTIERI, 2004; GUZMÁN, 2001; GUZMÁN, *et. al.*, 2006), sendo que a agroecologia é propícia a gerar um ambiente de autonomia, pois o mesmo procura valorizar o conhecimento tradicional do agricultor, ao qual, é repassado de geração a geração, de forma, que busca gerar níveis de renda satisfatórios, não havendo degradação da biodiversidade existente no meio rural.

¹ Ação de limpar a terra para o cultivo.

Mas, é nesse contexto que se enquadra o objetivo geral desta pesquisa, ou seja, será que todos os agricultores que produzem alimentos sem veneno se enquadram no termo de Produtos Agroecológicos?

Em relação à agroecologia, Emma Siliprandi, (2009), resume brevemente os conceitos aos quais foram abordados por Altieri, Sevilla Guzmán e Molina, da seguinte forma: (I) visão de que os agricultores (entendidos como todos os grupos tradicionalmente excluídos ou subordinados da “modernidade” no campo, tais como indígenas e povos tradicionais) devem ser os sujeitos ativos dessas propostas, em diálogo com as disciplinas científicas conhecidas (agronomia, ecologia, sociologia e economia rurais, etc.); (II) a ideia de que é preciso observar a natureza e tirar lições da sua forma de funcionamento; em particular, dos seus sistemas de regeneração; (III) a necessidade de investir-se em inovações tecnológicas que partam de outros pressupostos (como a maior eficiência energética, o menor uso de insumos) que não a busca do lucro e do aumento da produtividade, simplesmente (SILIPRANDI, 2009).

A Agroecologia, surgiu a partir do contexto de acabar com as consequências da Revolução Verde, aos quais, prejudicam o meio ambiente, como também os pequenos agricultores.

Para Caporal; Costabeber, (2002), a Agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar participativa e holística, sendo conveniente para que possa aplicar os saberes gerados em determinadas disciplinas científicas. Pode-se destacar a Agroecologia como sendo formador pluridisciplinar, que integra diferentes conhecimentos, ao qual, desenvolvem nas mais variadas disciplinas científicas.

Neste sentido, por ser considerada pluridisciplinar e holística, não devemos de forma alguma vir a limitar sua abrangência, ou seja, a agroecologia não se limita apenas na agricultura sem veneno, pois muitos dos pequenos agricultores produzem alimentos sem venenos, mas que não se enquadram na produção agroecológica, pois muitos utilizam as suas terras de formas exacerbadas.

Como objeto de estudo para esta pesquisa, foi escolhida a minha família, ou seja, a família Oliveira, no qual a matriarca (minha avó) é residente no município de Santana dos Matos, localizado na região central do Rio Grande do Norte. A escolha da minha família deu-se em virtude da minha curiosidade em querer conhecer e me aprofundar acerca da

agroecologia e suas práticas, utilizando como objeto de investigação para o estudo minha família, que através de seus componentes, apresentam uma vivência com o campo rural.

Sendo assim, o presente estudo visa abordar e esclarecer aspectos pertinentes as relações de gênero e a pluriatividade em famílias agricultoras e identificar se os mesmos utilizavam práticas agroecológicas ou apenas agricultura sem veneno.

É a partir da constante produção de conhecimento da agroecologia que outros campos de estudos e elementos são incorporados para dialogar, principalmente, as relações de gênero e a realidade da mulher no meio rural. Alguns contextos, aos quais, permeiam sobre o contexto de gênero, mulheres e agroecologia, se estendem em estudos e conceitos, por isso, esta pesquisa considera importante dar continuidade e visibilidade aos estudos e pesquisas que envolvem o tema de mulheres e gênero na agricultura, em especial na área do conhecimento da agroecologia, devido por muitas vezes a militância técnica confundir os pequenos agricultores, em relação as suas práticas.

Neste sentido, este trabalho justifica-se por contribuir para aprofundar os conhecimentos teóricos e empíricos sobre a realidade rural, preenchendo uma lacuna do conhecimento científico, ao saber, a relação entre pluriatividade e os papéis sociais de gênero, além de identificar o real significado da agroecologia, perante a família Oliveira, servindo também, como referencial para os que buscam saber mais, sobre esta temática e os agentes vinculados a políticas de desenvolvimento rural e de igualdade de gênero.

Por fim, esta pesquisa tem como objetivos, contar a trajetória de vida da família Oliveira, de forma que venha a reconstruir as lembranças e as memórias pessoais da família através do recorte temático da participação da mulher nas atividades agrícolas e identificar se elas desenvolviam práticas agroecológicas ou agricultura sem veneno, buscando no referencial teórico, autores que fundamentem essa pesquisa e auxiliem o entendimento sobre o ponto de vista agroecológico.

Logo em seguida, teremos o referencial teórico que foi dividido em tópicos, de forma que venha auxiliar o entendimento acerca do assunto. Os respectivos tópicos apresenta discussões sobre: A construção da Família, Divisão de trabalho, Reprodução Social e a Agricultura Familiar, Identidade de Gênero na Agricultura, Empoderamento das Mulheres, Agricultura Convencional/Familiar. Para finalizar a discussão, apresento um breve conceito de agroecologia.

A descrição do espaço e do tempo foi estruturado em dois tópicos: o primeiro traz a caracterização do espaço e o segundo a caracterização do Sítio Runfão. Os resultados e discussões foram estruturados em dois tópicos, para melhor compreender e responder os objetivos da pesquisa.

Para finalizar apresentamos as considerações finais, com as informações que foram obtidas no decorrer da pesquisa.

Os dados coletados foram gravados e transcritos, com a autorização dos entrevistados, sob estudo de caso e narrativas de vida.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Contar a trajetória de vida da família Oliveira, a qual trabalha com a agricultura familiar no município de Santana do Matos- RN. Analisar práticas de agricultura familiar a partir do estudo de caso com vista de coletas práticas e estruturas sociotécnicas para a mudança paradigmática de agricultura convencional/familiar com a agroecologia.

2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

- 2.1 Analisar as lembranças e as memórias da trajetória pessoal da família oliveira pela história de vida através do recorte temático da participação da mulher nas atividades agrícolas;
- 2.2 Observar se a família Oliveira se adequa as práticas de uma agricultura tradicional;
- 2.3 Encaminhar possíveis acertos e relações que podem mudar o tipo de agricultura familiar para um viés agroecológico.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA

A família tem sido abordada sob diferentes enfoques e definições, e suscitado muitas discussões em torno de seu referencial teórico e métodos de análise. As várias tendências sobre a família coexistem e se alimentam reciprocamente através de diálogos ora amistosos, ora antagônicos, posicionando os pesquisadores em debates que confrontam teoria/ empiria, análises econômicas/análises culturais, estudos diacrônicos/ estudos sincrônicos e abordagens "quantitativas"/ abordagens "qualitativas".

História da Família, que no início da década de setenta se apresentava com contornos mal definidos e frequentemente confundida com o que poderia ser considerado alguma de suas partes, chegou aos anos noventa renovada, movimentando-se de uma visão limitada da família como uma unidade estática no tempo, para ser examinada como um processo ao longo da vida inteira de seus membros. Passou do estudo das discretas estruturas domésticas para a investigação das relações da família nuclear com o grupo de parentesco mais vasto e do estudo da família como uma unidade doméstica distinta para um exame da interação familiar com os mundos da religião, trabalho, educação, instituições correcionais e sociais e com os processos tais como de migração, industrialização e urbanização.

Segundo Santos (1974):

Família é um grupo de pessoas composto de pais e filhos, apresentando uma certa unidade de relações jurídicas, tendo uma comunidade de nome e domicílio, e fortemente unido pela identidade de interesses e fins morais e materiais, organizado sob a autoridade de um chefe, o pater famílias (SANTOS, 1974, p.147).

Realmente, quando pensamos em FAMÍLIA, imediatamente nos vem à mente um pequeno grupo social, composto por um casal e seus filhos. Essa imagem é tão forte em nosso imaginário, e se encontra tão presente nos mais diversos recantos desse mundo globalizado, que tendemos a rejeitar ou ignorar qualquer outra forma de relação, inclusive desprestigiando outros vínculos que por ventura se formam com pessoas de fora desse quadro familiar.

O pensamento de Lévi-Strauss, (1986), em torno da família, em sua explicitação das leis fundamentais que estruturam a família a partir de sua localização no todo social. Ele enfatiza o fato de que, ao unir-se um homem oriundo de uma família a uma mulher de outra, são famílias que se enlaçam, para constituir um novo agrupamento familiar. “São antes as famílias que produzem o casamento, principal meio socialmente aprovado de que dispõem para se aliarem umas às outras”. Para Lévi-Strauss, o casamento não é, como nosso senso comum costuma conceber, um assunto privado, união de indivíduos. O casamento une famílias, que através dele trocam esposas.

O casamento garante que os grupos familiares não se fechem sobre si, provendo apenas em seu interior as necessidades pessoais de seus membros, mas tenham que se abrir para outros grupos, para com eles garantir sua sobrevivência. Assim, é porque ela depende para a sua formação de uma sociedade constituída por outras famílias que a precedem e que reconhecem a existência de laços além dos de consanguinidade, que podemos dizer que a família não se constitui por uma união natural, biológica.

Quando um homem e uma mulher casam-se pela primeira vez, eles levam para o casamento a bagagem emocional, sociocultural e, muitas vezes, econômica de suas famílias de origem. Embora possam ter expectativas e desejos diferentes em relação ao casamento, a experiência é igualmente nova para ambos.

Como principal agente da socialização, a família reproduz padrões culturais no indivíduo. Não só confere normas éticas, proporcionando à criança sua primeira instrução sobre as regras sociais predominantes, mas também molda profundamente seu caráter utilizando vias das quais nem sempre ela tem consciência. A família inculca modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos. Devido à sua enorme influência emocional, afeta toda a experiência anterior da criança (LASCH, C., 1991, p.25).

Observamos que os autores citados neste breve histórico, sociólogos e historiadores inseridos num campo de discussão sobre a família, apresentam algumas divergências de opiniões. Não é nossa intenção, contudo, aprofundarmo-nos no tema, mas apresentar, sucintamente, o argumento sobre a construção sócio histórica da família.

Segalen (1996), faz uma crítica à sociologia a-histórica, enfatizando a importância da perspectiva histórica nos estudos sociais relacionados à família. É a introdução da perspectiva histórica na sociologia da família que possibilita a compreensão de que “cada época conhece as suas formas familiares; sociedade e família são o produto de forças

sociais, econômicas e culturais comuns, sem que seja o resultado uma da outra”. A autora observa que é através dos estudos históricos que se evidencia o fato de a família ser uma instituição em contínua mutação, um conjunto de processos.

Philippe Ariès, (1973), crianças e adultos misturavam-se na comunidade, participando de todos os eventos públicos da coletividade. Para o autor, nessas existências “densas e coletivas”, não havia lugar para um setor privado. A função da família era, então, a de transmissão de vida, de bens e de nome.

De todas as instituições, a família é a que mais resiste à mudança. No entanto, dada a sua importância, as mudanças em seu tamanho e estrutura, em sua organização emocional e em suas relações com o mundo externo têm uma enorme influência sobre o desenvolvimento da personalidade (LASH, C., 1991, p.26).

No texto “A família”, capítulo de seu livro *O olhar distanciado* (1986) em que realiza uma síntese de achados etnológicos em diversas sociedades humanas, Lévi-Strauss nos diz que, “ao percorrer o imenso repertório das sociedades humanas, sobre as quais possuímos informações desde Heródoto, tudo quanto se possa dizer, do ponto de vista que nos interessa, é que a família conjugal surge nelas com muita frequência”).

A partir de um imenso conjunto de dados sobre arranjos familiares em diferentes sociedades – parte dos quais podemos percorrer em sua obra estruturas elementares do parentesco -, Lévi-Strauss (1949), construiu os modelos estruturais que exprimem as leis que regulam estes arranjos em suas manifestações singulares.

A partir deste modelo, a família emerge como lugar de entrecruzamento de laços de natureza biológica, consanguínea –as relações entre pais e filhos e entre irmãos - e social –originado no casamento, vínculo de aliança regulado socialmente. Toda sociedade, segundo Lévi-Strauss, impõe uma distinção entre o casamento, laço legal, socialmente aprovado, e as uniões temporárias ou permanentes resultantes da violência ou do consentimento. E, em seu conjunto, todas as sociedades atribuem um grande valor ao estado conjugal, sendo o celibato condenável para a maior parte delas. “É que, em sociedades nas quais reina a divisão do trabalho entre os sexos e em que só o estado conjugal permite ao homem gozar dos produtos do trabalho feminino, um solteiro é somente metade de um ser humano”. A divisão do trabalho institui um estado de dependência recíproca entre os sexos.

É interessante confrontar a leitura feita por Lévi-Strauss sobre a origem do casamento – que aqui o assenta em necessidades de ordem econômica, ligadas à divisão do trabalho entre os sexos – com aquela exposta por Freud em *Totem e Tabu* (1999), segundo a qual é o reconhecimento por parte do homem de suas necessidades sexuais e afetivas contínuas e, por parte das mulheres, de sua necessidade de proteção para poder manter junto a si a sua cria, que daria origem ao casamento e à família. Embora os dois autores partam de referenciais de análise distintos para explicar a origem da família – Lévi-Strauss numa perspectiva estruturalista e Freud aqui numa abordagem evolucionista –, eles tratam, a nosso ver, de ordens de necessidades interligadas, já que tanto as tarefas associadas às mulheres quanto aquelas desempenhadas pelos homens, nos dois modelos, atendem de forma conjunta e indissociável demandas básicas, materiais e afetivas.

Diz Lévi-Strauss:

...em todas as sociedades humanas, a criação de uma nova família tem como condição absoluta a existência prévia de duas famílias, prontas a fornecer, uma um homem, outra uma mulher, de cujo casamento nascerá uma terceira família, e assim indefinidamente... Entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade – pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos de consanguinidade – e o processo natural da filiação não pode seguir o seu curso senão integrado no processo social da aliança (Lévi-Strauss, 1993, p. 88).

Não são as preocupações de ordem sexual que levam à família. É a divisão sexual do trabalho que torna o casamento indispensável; a família assenta mais sobre um fundamento social que natural. A divisão do trabalho varia de sociedade para sociedade e por isso é preciso distinguir entre o fato da divisão de trabalho e as modalidades segundo as quais as tarefas são divididas.

Já nos pusemos a mesma questão a propósito da família: o fato da família é universal, as formas sob as quais ela se manifesta não têm qualquer pertinência, pelo menos no que respeita à necessidade natural. Mas, após termos encarado o problema sob vários aspectos, talvez estejamos em melhor situação para nos apercebermos o que eles têm em comum e de discernir alguns traços gerais que fornecem um princípio de resposta. No domínio da organização social, a família surgiu como uma realidade positiva (há mesmo quem diga a única) e, por este fato, nós somos levados a defini-la exclusivamente por meio de caracteres positivos. Mas, de cada vez que tentamos demonstrar o que a família é, devíamos, ao mesmo tempo, dar a perceber o que ela não é, e talvez esses aspectos negativos tenham tanta importância como os outros. O mesmo para a divisão do trabalho: verificar que um sexo está encarregado de determinadas tarefas equivale a verificar que elas estão proibidas ao outro sexo. Vista nesta perspectiva, a divisão do trabalho institui

um estado de dependência recíproca entre os sexos ... Como se acaba de fazer para a divisão do trabalho, também se pode definir a família por uma função negativa: desde sempre e em toda a parte, a existência da família implica proibições, tornando impossíveis, ou pelo menos condenáveis, certas uniões (Lévi-Strauss, 1985, p. 86).

Os pesquisadores de orientação marxista abordaram a família sob a ótica da reprodução da força de trabalho, que passou a ser vista como o locus da produção (de trabalhadores e valores de uso pelo trabalho doméstico, nas classes trabalhadoras, por exemplo) e de consumo. Segundo Bilac, a análise da vida familiar das classes trabalhadoras, embora amparada numa orientação teórica marxista, utilizou os conceitos de 'estratégias de sobrevivência' e o de 'ciclo de vida familiar', porque tais conceitos permitiam observar a família enquanto um processo, com períodos de ampliação (por ex., o abrigo de parentes ascendentes ou descendentes) e de contração; com a mulher (trabalho doméstico) trabalhando fora em tempos de crise financeira; com uma reorganização constante em torno da criação e educação dos filhos e de reestruturação constante dos objetivos familiares, em função da situação do momento.

3.2 DIVISÃO DE TRABALHO

As desigualdade sociais de gênero não se estabelecem de fato recente na história da humanidade. No entanto, no século XIX, época em que surgiu a Sociologia e já se faziam presente protestos das mulheres buscando a visibilidade e igualdade. A categoria do trabalho já se fazia presentes com as preocupações através de estudos clássicos apresentados pelos teóricos exponenciais como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Reconhecendo a importância de estudar a questão de desigualdade como ponto fundamental no entendimento das relações de gênero, é que se propõe, no estudo, explicar e analisar as desigualdades de gênero socialmente construídas, principalmente no que referir-se à divisão do trabalho em famílias agrícolas rurais.

Portanto, um aspecto fundamental da desigualdade entre homens e mulheres ocorre pelas responsabilidades das mulheres tanto na esfera doméstica quanto no trabalho produtivo (em atividades agropecuárias) e reprodutivo, as quais marcam a sua contribuição, embora nem sempre reconhecida nem remunerada na agricultura familiar. Essa invisibilidade e a não remuneração do trabalho das mulheres na esfera da produção é

decorrente das relações desiguais de gênero evidenciadas na divisão sexual do trabalho (MELO, 2003).

A divisão sexual do trabalho, que muitas vezes reflete desigualdade de gênero, tem encontrado na Sociologia diversas explicações que nem sempre são mutuamente excludentes como as oferecidas em termos de desigualdade, de dominação, de construção social das diferenças de sexo (Hirata; 2002).

As diferenças que se constroem entre as atividades das mulheres e dos homens no contexto da agricultura familiar estão fundadas na relação hierárquica, cuja base material está na divisão sexual do trabalho que é determinado socialmente através de vivências, símbolos e representações (SCOTT,1995). Isto, por sua vez, se reproduz na estrutura familiar através de funções e tarefas que devem ser próprias do homem e da mulher. Conforme uma das agricultoras, “todos os dias é o mesmo trabalho: na roça, na casa, a criação, os filhos e assim vai, mas eles [o marido e os filhos] me ajudam em casa, e eu ajudo na roça, o trabalho é compartilhado”.

Portanto, de acordo com Alessandra De Grandi, (1999), há no processo da divisão sexual do trabalho condicionantes culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família. De fato, na ideologia camponesa é considerada a imagem do pai de família como “aquele que reúne todas as condições e o saber para participar do processo de produção, reforçando a hierarquia familiar, embora tanto os filhos quanto a esposa conheçam as diferentes etapas do processo produtivo” (WOORTMANN; WOORTMANN 1997, p. 38).

A exemplificação dos aspectos que diferenciam e qualificam os gêneros feminino e masculino são evidenciadas, especialmente, nos trabalhos de Butto, (2011), Conceição, (2009), Hirata; Kergoat, (2007). Para essas autoras, a escassa importância dada ao trabalho executado pelas mulheres advém do retórico conceito sobre a “divisão sexual do trabalho”, a qual geralmente aparece modulada sobre o destino natural da espécie, ponderando o fator gênero a partir de uma relação direta com o sexo biológico. Em outras palavras, a expressão “divisão sexual do trabalho” tem por fundamento a “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, sendo organizada por princípios separadores (homens e mulheres) e hierárquicos (homem mais valorizado que a mulher) (HIRATA; KERGOAT, 2007). Além disso, tal divisão, social e historicamente

construída, designa aos homens a esfera produtiva/pública, de maior valor social, e, às mulheres, a reprodutiva/doméstica, de maior invisibilidade social.

Moser (1985), atesta que as mulheres rurais, do mesmo modo que desempenham as funções próprias do gênero feminino nas unidades familiares de produção – cuidar da saúde e da educação dos filhos e idosos, da alimentação da família, da horta e do trato com os pequenos animais, etc. –, trabalham de forma igualitária com os homens (marido, pai, irmão) no setor produtivo, na lavoura, arando a terra, semeando e colhendo. Todavia, segundo Brumer, (2004), embora as mulheres possuam responsabilidades equivalentes às dos homens nas atividades agrícolas, elas não desfrutam dos mesmos direitos, quer dizer, possuem acanhada participação nos espaços decisórios e pouco reconhecimento nas esferas pública e privada.

De acordo com o modo de produção capitalista, a divisão sexual do trabalho gerou algumas desigualdades de gênero, encarregando a mulher no desempenho das atividades, de modo que desvalorize o seu trabalho, não o reconhecendo. Já o trabalho do homem, passa ser o responsável pela produção, devido ter sido atribuído para o homem o trabalho de produção, por ser reconhecido no mercado.

A questão de subordinação e discriminação da mulher era vista no sentido da exploração que ela assim como o homem, sofria como consequência do modo de produção capitalista.

Embora Marx e Engels discutissem a inclusão da mulher no trabalho produtivo, não deram importância ao trabalho doméstico. Isso se explica pela referência que os autores utilizavam em suas análises, o modo de produção capitalista, onde não havia espaço para o trabalho doméstico, por se considerar improdutivo.

A partir de teorias de divisão sexual do trabalho, será possível identificar as mudanças existentes nas relações de gênero que foram vivenciadas por mulheres agricultoras no qual atua tanto no âmbito doméstico, produtivo, familiar e em outras atividades.

3.3 REPRODUÇÃO SOCIAL E A AGRICULTURA FAMILIAR

Na Sociologia e na Antropologia Cultural ou Social a família e agricultura são duas categorias fundamentais, que distingue-se a expressão agricultura-familiar, de modo que refere-se às características fundamentais destas categorias como, fundamentalmente, associadas a este novo “construto”.

Emprega-se um novo construto de forma a-histórica, ou seja, genérica ou empiricamente trata-se de explanar dois contextos importantes que estão ligados aos conceitos de família e de agricultura, nas Ciências Sociais. A família é de fato – e teoricamente – o Grupo Social primário por excelência: por tratar-se da origem genética da sociedade (população) e da sua “reprodução social”

Não se tem muito o que argumentar sobre a materialidade, historicidade e relevância desta categoria teórica. Ainda que seja muito importante e obscuro pesquisar sobre o seu desenvolvimento histórico e a sua reprodução social: processo este que está na origem das formações sociais complexas.

É de fundamental importância compreender a relação entre família e agricultura, para entender a expressão “agricultura-familiar”, bem como idealizada na atualidade por alguns teóricos da atividade social. Por um motivo muito simples: faz muito tempo – mas, muito tempo mesmo – que a vida social e, portanto, da humanidade, deixou de precisar da “família” como instituição social. Isto é, a reprodução humana e social seria improvável de acontecer se dependesse apenas das famílias. Sendo assim um ponto fundamental para esta questão. A reprodução humana, desde a primeira revolução agrícola no neolítico consistia, principalmente de uma formação social extensa.

A concepção de reprodução social de acordo com o desenvolvido por Almeida, (1986), expressa uma dinâmica que leva os agricultores familiares formas em longo prazo que visam à reprodução das famílias de geração para geração.

A noção de reprodução social (de produção da sociedade) foi formulada em nível macro por Marx. Antropólogos enfatizaram que os átomos da reprodução são famílias. Fortes, em artigo de 1958, define reprodução social como o processo de "manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração", sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo (FORTES, 1971, P.87).

As análises e pesquisas relacionados com a reprodução social da agricultura familiar, vem expondo a negação dos filhos em continuar na atividade agrícola e no meio rural.

Durante o tempo das gerações anteriores ser filho de agricultor significava também ser um agricultor, enquanto nos dias atuais ser filho de agricultor não obrigatoriamente retrata a reprodução da mesma ocupação e a forma de vida dos pais, porque cada vez mais a agricultura apresenta-se como uma opção entre as demais oportunidades (ABRAMOVAY, *et. al.*, 1998).

O abandono dos filhos pela atividade agrícola está fundamentado em diferentes razões que vão desde a questão da renda, do trabalho sofrido na atividade agrícola e desvalorização da ocupação (BRUMER; SPANEVELLO, 2008). No entanto, existem outras razões que ocasiona a migração juvenil, especificamente a desvalorização do trabalho feminino, as possibilidades das mulheres herdarem a terra, que persistem como aspectos propulsores dos índices de saída das moças em relação aos rapazes, ocasionando numa migração seletiva por sexo.

Para os agricultores familiares, a migração dos filhos do meio rural impedem a reprodução social, ou seja, a possibilidade dos jovens em manter-se na agricultura acarreta a falta de herdeiros para encarregar-se na administração da propriedade no lugar dos pais, dando continuidade nas atividades agrícolas. Consequentemente, os agricultores acabam tendo dificuldades em proceder a transmissão do patrimônio, pois os filhos já deixaram a propriedade. Essa situação impõe aos pais a preocupação sobre qual será o destino do estabelecimento familiar.

As abordagens ligadas à reprodução social na agricultura familiar são particularmente profícuas na pesquisa das premissas da permanência social de mulheres no meio rural. Devido ser chamada agricultura familiar durante a atividade social retrata uma estreita ligação entre posição social, profissional e familiar (CARDON, 2004). Ou seja, as posições de agricultor, chefe de estabelecimento e pai estão imbricadas.

FRANKLIN (1969), compara o empresário capitalista e o produtor familiar, no qual não pode compor sua força de trabalho (esposa, filhos e pais idosos) conforme as regras do mercado. É indispensável levar em consideração os aspectos relacionados as oportunidades de trabalho e obtenção da renda nas atividades agrícolas, juntamente com sua família, assim levando em reflexão à linhagem e a reprodução social.

A agricultura familiar tem uma especificidade de constitui uma sucessão de práticas sociais, ao qual se refere ao modo simultâneo de formas diversas de cada membro da família, ou até mesmo, como um todo da família e sua herança familiar.

De modo geral, as pesquisas sobre reprodução social preocupam-se com as maneiras das quais se dá o seguimento de condições, técnicas e instituições sociais. Nesse segmento, retratam uma das questões básicas das Ciências Sociais (BOURDIEU, 1994; GIDDENS, 1995). Tanto os marxistas, como Rosa Luxemburg, considerava que a reprodução social obteria uma extensão no plano da sociedade como um todo e sua existência permaneceria no ciclo produção-consumo. A autora compreende que a reprodução da produção de recursos para o consumo durante todo o tempo, que é diferenciado historicamente, com base, por um lado, na articulação entre tecnologia, matéria prima e trabalho; a partir das formas sociais de produção, envolvendo a organização social, ou melhor, a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si (LUXEMBURG, 2003).

De acordo com Bourdieu, o estruturalismo a respeito da instituição das práticas sociais originou à noção de sistema de estratégias de reprodução (BOURDIEU, 1994). Partindo com a concepção em que a reprodução social impõe regras externas aos agentes sociais, o autor sugere uma pesquisa a respeito das estratégias pelas quais diferencia as categorias sociais, de forma que reproduzem sua posição no espaço social a partir de uma socialização que engendra determinadas disposições (BOURDIEU, 1994). Com perspectivas opostas de Edholm, Harris, Young, e de Jelin, tais estratégias contemplam controle referentes à fecundidade e à prevenção (ligadas à reprodução biológica), as técnicas educacionais, matrimoniais, econômicas (orientadas para aumentar ou conservar os capitais disponíveis), simbólicas e de sucessão (BOURDIEU, 1994), e formam famílias. Essas estratégias estão metodicamente relacionadas, ou melhor, são empregadas simultaneamente ou de maneira articulada em diferentes pontos do tempo (BOURDIEU, 1994). A execução dessas estratégias se dá conforme o estado dos mecanismos socialmente objetivados de reprodução social (tais como os “mercados” econômico, escolar, matrimonial, de trabalho e as regras jurídicas) e as chances diferenciais de ganho que estes oferecem para os indivíduos e/ou famílias (BOURDIEU, 1994). Este conceito é retomado para pesquisar diversas formas pelas quais os membros de famílias inseridas na agricultura familiar em diversos contextos sociais reproduzem-se socialmente e dão continuidade a esta atividade social.

De acordo com Almeida (1986), a reprodução social na agricultura familiar pode ser tratada de duas maneira: como reprodução cotidiana (tarefas diárias) e reprodução

geracional (tarefas a longo prazo). A reprodução cotidiana refere-se à “o modo familiar de reprodução durante o ciclo anual, no qual combina trabalho, recursos naturais e saberes empíricos, desta maneira atendendo a obtenção dos insumos necessários ao reinício do processo da família” (ALMEIDA, 1986). Esta concepção está relacionada com a “congruência econômica da família, que ampara as famílias via trabalho e consumo”. Deste modo, estudos sobre a reprodução da agricultura familiar, momentaneamente abrange questões aos quais podem relacionar às maneiras e meios de produção (uso de tecnologias) e sua organização, em que incluem a divisão de trabalho entre os membros da família e as relações sociais estabelecidas com outros agentes sociais e instituições. Essas pesquisas também refletem as situações de permanência – ou reprodução – do meio reprodutivo, de tal maneira que envolve o trabalho dos membros da família.

No entanto, as pesquisas da reprodução social na família está relacionada com o sentido de parentesco, que é estabelecido pelo casamento e a herança. Sendo que essa situação perpetua-se de tal maneira ideia de um período relativamente extenso (ALMEIDA, 1986).

Na agricultura familiar, contemplam a reprodução social, como situações nas quais são reproduzidas sucessivamente, em diversas circunstâncias, dentre estas formas, “regras” ou estratégias de sucessão entre gerações na agricultura e suas mudanças; as articulações destas estratégias de sucessão com outras estratégias familiares de reprodução, ou seja, com outras formas de atividade social dos filhos e filhas com origem na agricultura familiar; e como estas estratégias de reprodução social pressupõem diferenças entre os sexos.

3.4 IDENTIDADE DE GÊNERO

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1980, p.9).

Desde o início, o gênero é um termo ao qual foi retirado da gramática. Sua origem é inglesa, da palavra gender. A princípio, o termo foi adotado por psicólogos americanos na década de 1960, entre Money, Ehrhardt e Stoller, para designar uma "identidade de gênero" adicionada a um corpo, qualquer que seja esse corpo. Esses psicólogos queriam entender

as pessoas com "sexo ambíguo", ou seja, aquelas com as mesmas características corporais do sexo feminino e masculino (CARVALHO, 2011).

Dessa forma, o termo gênero era particularmente interessante porque a "identidade de gênero" desses sujeitos não poderia ser um resultado natural das características corporais. Há então uma dicotomia entre os conceitos de gênero (corpo, natureza) e gênero (cultura, atitude) sobre uma teoria que se refere essencialmente a indivíduos e como eles tratam sexo e gênero.

Portanto, o gênero seria todos os aspectos sócio-culturais historicamente construídos que podem viver em um indivíduo. Por exemplo, o gênero incluiria comportamentos, preferências, interesses, maneiras de se vestir, andar e falar sobre ser homem e ser mulher. Todos esses aspectos seriam simplesmente acrescentados a um corpo que, por sua ligação com a "natureza humana", é imutável, fixo e bipolar, separando o masculino do feminino.

As mulheres de hoje destronam o mito da feminilidade; elas começam a afirmar sua independência; mas não é sem dificuldade que elas podem viver plenamente seu estado de ser humano. Educadas por mulheres, em um mundo feminino, seu destino normal é o casamento, que os subordina fundamentalmente ao homem; O prestígio dos homens está longe de ser apagado: ainda se baseia em sólidos fundamentos econômicos e sociais. Por isso, é necessário estudar cuidadosamente o destino tradicional das mulheres.

3.5 EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Falar de relações de gênero é falar de relações de poder. Ainda hoje, na condição feminina, muitas mulheres não conseguem decidir suas vidas, não se constituem como sujeitos, não exercem poder e, principalmente, não acumulam, mas reproduzem esse poder, não para elas, mas para aqueles que controlam o poder. Os pequenos poderes que os tocam são extremamente desiguais. As relações entre homens e mulheres, ou relações de gênero, são relações desiguais e assimétricas e mantêm as mulheres sujeitas aos homens e à dominação patriarcal.

O poder do gênero é garantido por privilégios masculinos e desigualdades entre homens e mulheres. Apesar das diferenças de classe, raça e cultura, alguns aspectos da subordinação são comuns a todas as mulheres: o controle masculino do trabalho feminino; o acesso limitado das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, resultando em uma distribuição muito desigual de recursos entre os sexos; violência masculina e controle da sexualidade.

Desde a década de 1980, as feministas começaram a questionar estratégias de desenvolvimento e projetos de intervenção que não abordavam questões estruturais e perpetuavam a opressão e a exploração de mulheres, especialmente mulheres pobres. Nesse contexto, o movimento de mulheres utiliza o conceito de empoderamento.

No dicionário virtual, Michaelis, encontramos uma definição com base na Sociologia:

Ação coletiva desenvolvida por parte de indivíduos que participam de grupos privilegiados de decisões. Envolve consciência social dos direitos individuais para que haja a consciência coletiva necessária e ocorra a superação da dependência social e da dominação política. É um processo pelo qual as pessoas aumentam a força espiritual, social, política ou econômica de indivíduos carentes das comunidades, a fim de promover mudanças positivas nas situações em que vivem. Implica um processo de redução da vulnerabilidade e do aumento das próprias capacidades dos setores pobres e marginalizados da sociedade e tem por objetivo promover entre eles um índice de desenvolvimento humano sustentável e a possibilidade de realização plena dos direitos individuais. (MICHAELIS, 2015).

Essa definição, encontrada em Michaelis, (2015), traz uma ideia mais esclarecedora sobre o que vem a ser realmente esse empoderamento. No entanto, na página da ONU MULHERES, (2016), encontramos uma definição ainda mais detalhada:

EMPODERAMENTO: Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente. (ONU MULHERES, 2016).

Como vemos, a palavra empoderamento traz uma expansão de diferentes significados e temáticas, como igualdade de gênero, exclusão, preconceito, violência,

direitos humanos, classe social, enfim, muitos problemas e questionamentos sobre essa pauta.

O empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família. Entretanto, sob outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem, por exemplo, quando a mulher começa a dividir responsabilidades anteriormente exclusivas do homem para o sustento da família. E quando o homem é liberado de estereótipos de gênero, novas experiências emocionais lhe são possibilitadas. “Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em suas próprias experiências, mas também nas de seus companheiros e familiares.” (Deere e León, 2002).

3.6 AGRICULTURA CONVENCIONAL/ FAMILIAR

Depois da Segunda Guerra Mundial, tanto na Europa como na América do Norte, acreditava-se que haveria uma revolução agrícola. Este seria o resultado da aplicação de um conjunto de novos métodos de produção resultantes das conquistas das ciências agrônomicas e, acima de tudo, do extraordinário crescimento da produtividade do trabalho agrícola que levaria inevitavelmente à sua mecanização. A chegada de tratores, colheitadeiras, máquinas de ordenha mecânica, etc. foi interpretado como o primeiro passo para a industrialização na agricultura (JEAN, 1994).

Para atingir esses objetivos, foi necessário criar um "pacote tecnológico" com métodos agrícolas programados e homogêneos para todas as instalações agrícolas do mundo. Este pacote é apoiado por seis práticas principais: cultivo intensivo de solo, monocultura, irrigação, o uso de fertilizantes sintéticos altamente solúveis, controle químico de pragas e doenças agrícolas, bem como outras ervas e Manipulação genética de plantas cultivadas.

Esta é a base do que é chamado de agricultura moderna, para a qual é necessário um tripé, amplamente apoiado por métodos mecânicos, genéticos e químicos. Naquela época, não havia interesse em um estudo aprofundado sobre o impacto no ambiente

agrícola, bem como as consequências a longo prazo do uso desses métodos para a população mundial (BONILLA, 1992). Com o aumento da produtividade por hectare, devido ao uso dessas tecnologias, vários efeitos negativos começam a aparecer.

Efeitos segundo BONILLA, 1992:

- Compactação do solo;
- Eliminação, inibição ou redução sensível da flora microbiana do solo;
- Absorção desequilibrada de nutrientes;
- Perda ou redução do potencial produtivo do solo;
- Poluição dos alimentos, do solo e da água;
- Concentração de renda;
- Desemprego rural e êxodo rural;

Segundo GLIESSMAN, (2001), o modelo agrícola tradicional esgotou e degradou excessivamente os recursos naturais dos quais depende a agricultura: solo, abastecimento de água e diversidade genética natural. Em suma, a agricultura moderna é insustentável: não pode continuar a produzir alimentos suficientes para a população mundial a longo prazo, pois isso agravará as condições que a permitirão.

Dadas as mudanças na agricultura, observasse a persistência em garantir a preservação da agricultura familiar diante de todas essas mudanças. Esta conclusão exclui a hipótese de que a agricultura familiar será extinta. Pelo contrário, a agroecologia familiar teve uma grande plasticidade, ou seja, uma grande adaptabilidade a várias mudanças socioeconômicas. Essa característica da plasticidade é determinada pela natureza do trabalho agrícola e pela racionalidade específica da economia familiar. Essa capacidade de adaptação funcionará a seu favor na transição para uma agricultura sustentável. Analisando o modelo de agricultura sustentável, podemos ver que a agricultura familiar sempre esteve mais próxima de um modelo sustentável.

Segundo CAPORAL et.al., 2002; a agricultura sustentável é um modo de produção agrícola que:

- a) assegura a qualidade dos produtos e limita os riscos para a saúde humana;
- b) respeita o meio ambiente e preserva os recursos naturais;
- c) é economicamente rentável;

d) permite uma boa integração social entre as pessoas intervenientes no processo de produção e transformação.

Para finalizar essa questão, relacionada à facilidade de adaptação às mudanças socioeconômicas, percebe-se que nessa categoria (agricultura familiar) existe uma grande variedade. Em outras palavras, podemos pensar em agricultores que vivem em fazendas onde o que ele produz é consumido por sua família; mas também há agricultores familiares que possuem tratores e usam essas tecnologias para produzir para o mercado. É importante não perder o foco dessa diversidade dentro da mesma categoria, para não criar questões errôneas sobre a agricultura familiar.

4. METODOLOGIA

4.1 DESCRIÇÃO DO ESPAÇO E DO TEMPO NARRATIVO

Para a construção desta pesquisa, realizei um trabalho de campo, com a família Oliveira, na qual a matriarca (minha avó) reside na cidade de Santana do Matos/RN. De orientação qualitativa, essa pesquisa se utiliza da metodologia do estudo de caso e narrativa de vida como meio para descrever o cenário que toma a noção de modos de vida da minha família. Para o trabalho com a metodologia pesquisa narrativa alguns termos são destacados por Clandinin; Connelly, (2011), como, por exemplo, pessoal e social para tratar da interação; passado, presente e futuro para desenvolver a noção de continuidade e lugar para marcar a situação. O objeto de estudo da pesquisa narrativa são as histórias narradas. As pessoas precisam ser entendidas como indivíduos, que estão sempre em interação e sempre inseridas em um contexto social. Esse conjunto de termos formam um espaço tridimensional para a investigação narrativa.

Para Ventura, (2007, p.384),

(...) o estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

Pelo termo 'história de vida' designamos metodologias e métodos muito diferentes, seja pela qualidade da presença do pesquisador na coleta de dados, seja pela análise dos materiais, seja pelo tipo de hipóteses científicas que ela verifica". A história de vida permite obter informações na essência subjetiva da vida de uma pessoa. Se quisermos saber a experiência e perspectiva de um indivíduo, não há melhor caminho do que obter estas informações através da própria voz da pessoa.

O método utiliza-se das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas. Busca conhecer as informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador.

A pesquisa narrativa deve ser entendida como uma forma de compreender a experiência humana. Trata-se de um estudo de histórias vividas e contadas, pois "uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores" (CLANDININ; CONNELLY, 2011). Segundo os autores, que desenvolvem seu trabalho de pesquisa narrativa como método de estudo.

É interessante retomar aqui considerações acerca dos esforços realizados na tentativa de compreensão da totalidade da realidade social. Como afirma Law, (2004), vários teóricos da ciência social reconheceram a incapacidade de suas teorias darem conta da riqueza ou multiplicidade do mundo, não podendo alcançar mais do que uma parte dele. O autor aponta como Marx, Simmel, Weber, Benjamin, entre outros, lidaram com essa constatação e com o fato de que não podemos "sair do mundo" para obter uma "vista a partir do lugar-nenhum" que uniria todos os processos e teorias.

Para a realização deste trabalho foram necessários diversos diálogos com a minha mãe (Dalva), afim de compreender mais, o assunto, no qual realizei entrevistas semiestruturadas a matriarca (minha avó), considerada membro mais importante da família Oliveira. Conforme orienta Duarte (2004), as entrevistas são um bom instrumento de coleta de dados quando se tem como objetivo o mapeamento de práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, nos quais os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Antes da entrevista, foi esclarecida a

entrevistada quanto aos objetivos da pesquisa. No qual foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

A realização do estudo se deu no sítio Runfão, localizado aproximadamente a 60 km de distância da cidade de Santana do Matos-RN. Sendo que se existe dois sítios Runfões: Runfão de Cima e Runfão de Baixo, nessa pesquisa nos referimos ao Runfão de Baixo que em período de estiagem, possui fácil acesso a cidade, por estradas carroçais, com uma diversidade de solo, ao longo do percurso, variando entre solos arenosos a solos argilosos.

Figura 02 – Acesso a propriedade da Família Oliveira no Sítio Runfão-Santana do Matos-RN



Fonte: arquivo pessoal, 2017.

O Sítio Runfão, é marcado por períodos de estiagem sucessivos, passando por diversos problemas ao longo do tempo, ocasionados pelas características climáticas do Nordeste. Devido os rios serem intermitentes, e os açudes e poços não suportarem o

período da escassez de água, para as necessidades de toda a população do sítio, os governos locais passaram a exigir mais ações emergenciais ao governo federal de maneira que tomassem providências em relação aos sistemas hídricos para armazenamento de água durante os períodos de estiagem, desta maneira vindo a ser atendidos o apelo dos agricultores. Atualmente todas as casas possuem cisternas, que são reabastecidas mensalmente pelo Programa Emergencial de Distribuição de Água, mais conhecida popularmente como Operação Pipa, um programa do Governo Federal, no qual o seu principal objetivo é levar água a população que é afetada pela seca do nordeste.

A principal fonte de renda da maioria dos agricultores deste sítio, dependem da produção agrícola e da pecuária. A agricultura é composta, basicamente pelo cultivo de feijão e milho, destinados em sua maioria à subsistência de sua família. A pecuária é caracterizada, principalmente, pela criação de: bovinos, caprinos, ovinos e avicultura em sistemas de pastejo extensivos, na caatinga, sem práticas zootécnicas ou sanitárias.

Por outro lado, a atividade que mais se sobressai é o extrativismo vegetal, a qual é constituída da caça de animais e da exploração de espécies vegetais, com destaque para manga (*Mangifera indica*).

Figura 03 – Extrativismo Vegetal: Rafael Oliveira, membro da família colhendo a safra de manga no sítio Runfão- Santana do Matos-RN.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Figura 04 – Extrativismo Vegetal da Manga (*Mangifera indica* L.)



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

As demarcações de terras entre os proprietários rurais, se dão até os dias de hoje com marcações por estacas, onde se tem fácil acesso as terras dos vizinhos, devido não conter cercas para a delimitação dos terrenos. Sendo assim, permite que qualquer vizinho venha a circular entre suas terras, o que possibilita o compartilhamento dos frutos entre, todos, e fato de serem vizinhos antigos, só contribui para o fortalecimento de laços fraternos entre eles.

Podemos identificar a relação dos proprietários rurais juntamente com a fala de Sabourin, (2009), onde o mesmo relata sobre as práticas de uso compartilhado de um recurso no qual gera também sentimentos (e valores éticos) de confiança e de equidade entre os usuários.

As relações mútuas podem ser analisadas em termos de estruturas, no sentido antropológico do termo. Portanto, eles são distinguidos de acordo com algumas estruturas elementares, como originalmente proposto por Moss, (1931), Levi-Strauss, (1949), Skubla, (1985) e Temple, (1998). As relações reciprocidade estruturadas de forma simétrica são aquelas que geram valores afetivos e éticos, como Aristóteles (1994) identificou. O relacionamento mútuo numa estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; divisão simétrica de mercadorias em um grupo.

Temple, (1998), sistematizou as estruturas elementares de reciprocidade, identificando valores humanos que ajudam a produzir ou reproduzir. Estruturas distintas de reciprocidade binária e estrutura tripla de reciprocidade são distinguidas. As duas estruturas binárias principais são cara a cara e compartilhamento. A organização da produção e reprodução econômica e social nas sociedades rurais modernas oferece exemplos muito característicos e marcantes dessas relações mútuas estruturadas. Relacionamentos pessoais são típicos de ajuda entre famílias e proprietário e criando amizades e podem ser expandidos através de alianças mais fortes, como compadrio ou casamento dos filhos.

A estrutura de compartilhamento é particularmente verificada no caso do manejo dos bens em propriedade comum: gestão de recursos naturais (terras, pastagens, floresta, água) ou de equipamentos coletivos (sistemas de irrigação, equipamentos ou máquinas agrícolas).

Figura 05 – Acesso a propriedade dos vizinhos, por não ter demarcação com cercas.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 DISCUTINDO OS RESULTADOS OBTIDOS

Discutida a parte teórica e metodológica da questão em análise, cabe agora fazer a devida articulação em termos da análise dos dados, propriamente dita. A discussão, aqui efetivada em termos da narrativa de vida, permite que se faça referência a situação passada e presente do percurso de vida da família Oliveira. Apreender ambas temporalidades tem a intenção, como já foi mencionado, de verificar como se estabelece o processo de mudanças e permanências, igualdades e desigualdades na vida das mulheres chefes de família no tocante às condições de vida, situação de estudo, trabalho e relações de gênero e identificar qual a relação que a família oliveira tem com a agroecologia, ou seja, se as práticas que perduram até os dias de hoje com aqueles que se mantiveram no campo são realmente praticas agroecológicas ou apenas trabalho com a agricultura sem veneno. Sendo estes os aspectos gerais através dos quais os dados foram sistematizados.

5.2 BREVE RELATO DA HISTORIA DE VIDA DA FAMÍLIA OLIVEIRA

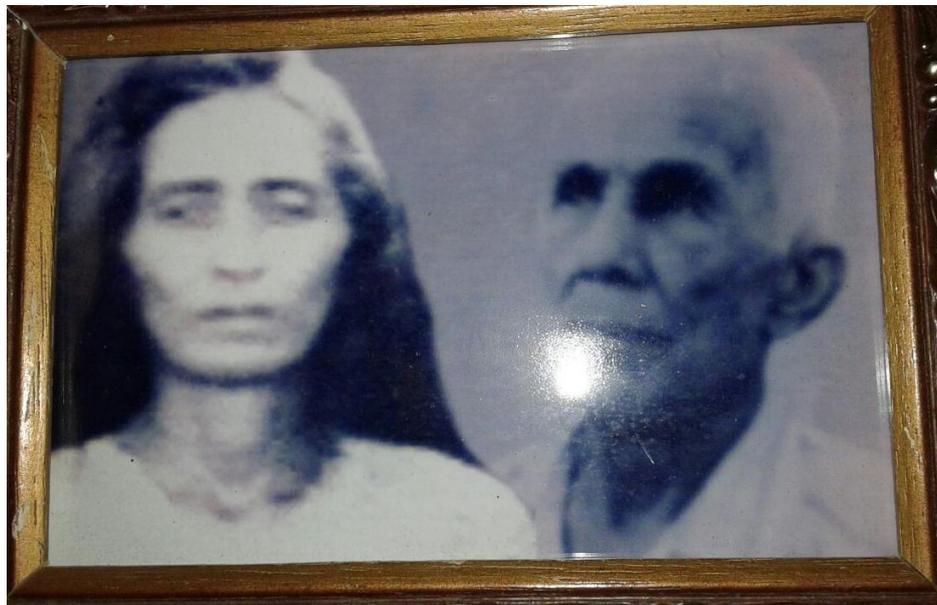
A partir da entrevista que pude fazer com minha avó, a senhora Maria Salete de Oliveira, que no auge dos seus 85 anos, com muita luta para conseguir relatar sua trajetória de vida, devido algumas doenças ao quais vem afetando um pouco a sua forma de falar, mas que fez com que eu viesse a conseguir identificar como se deu início a minha família, e assim consegui entender um pouco da sua trajetória de vida e suas lutas diárias para que pudessem criar seus filhos no interior do Rio Grande do Norte, algo que não é fácil, devido a situação econômica, mas que com muita luta e garra conseguiram sobreviver a esses tempos difíceis.

A matriarca da família Oliveira, filha de João Braz Cavalcante e Minevina Etelvina da Solidade, ambos viúvos, mas que traziam com eles filhos de outros casamentos, onde ao se casarem passaram a viver em terras de parentes, que ficava localizada na comunidade Barão de Serra Branca, mais precisamente no sítio Bangué, no município de Santana do Matos/RN.

Minha avó relata o início do casamento de seus pais:

“Meus pais eram viúvos onde cada um já tinha filhos de outros casamentos meu pai tinha 9 filhos (4 homens e 5 mulheres) e minha mãe 2 (1 homem e 1 mulher), após se casarem viveram na terra que era de um primo do meu pai, que era no barão de serra branca (sitio bangué) localizado em Santana do Matos, logo em seguida, construíram a família com 5 filhos(3 mulheres e 2 homens), os filhos do meus pai não chegaram a morar comigo apenas os 2 filhos da minha mãe aonde trabalhávamos para o primo do meu pai(beca) tudo que era produzido era dividido para as duas famílias.”

Figura 06 – Minevina Etelvina da Solidade e João Braz Cavalcante



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

No conceito de Barnes (1987, p.167), uma rede social é uma coleção de relações interpessoais específicas que conectam pessoas a outras pessoas, redes são abstrações que explicam as relações diádicas e as extensões variáveis. Eles consistem em relações sociais, amizade ou poder (por exemplo, patronato) e incluem vários elementos que os estabelecem e apoiam.

Em geral, estudos sobre os camponeses mostram as práticas de reciprocidade baseada em mudanças nos dias de trabalho, a troca de objetos como presentes (animais, comida), aliança de parentesco, aliança de amizade. O interconhecimento baseia-se nos princípios de confiança, estratégia e cooperação entre famílias.

Na agricultura, ao contrário de várias teorias, o desenvolvimento do capitalismo e o estabelecimento de relações sociais de trabalho e produção ao mesmo tempo ao longo da história têm sido particularmente controversas. A contradição vem do fato de que o capitalismo se desenvolveu na agricultura, sem suprimir ou acabar com a forma social de trabalho e produção, que é a agricultura familiar.

Como Friedman (1978-1978) mostra, a preservação de formas familiares na agricultura sob condições em que as relações de troca e distribuições são capitalistas só é

possível quando os agricultores passam a produzir mercadorias sem ter que abrir mão da propriedade familiar dos meios de produção (terra, trabalho, capital).

Durante a sua estadia com seus pais, minha avó não chegou a concluir seus estudos, pois o desejo de estudar foi interrompido em decorrência do falecimento da sua mãe. Assim, a mesma teve que abandonar seus desejos e sonhos para se tornar uma menina-mulher, pois teve sua infância interrompida para desempenhar responsabilidades de uma pessoa adulta, vindo a cuidar da família e do campo com seu pai e seus irmãos.

Relato de Salete:

“Cheguei a estudar apenas a 3º serie pois tive que parar que foi quando minha mãe morreu tinha que cuidar dos meus irmão e ajudar meu pai. Onde chegamos a trabalhar de enxada e a colher algodão, milho, feijão, jerimum e arroz a carregar galão de água na cabeça distante de casa, não tinha gado pois era pobre e os patrões não aceitavam criar.”

Com tantas responsabilidades que ela tinha, ela ainda frequentava juntamente com seu pai as feiras da cidade de São Rafael-RN, com o intuito de ajuda-lo a vender as mercadorias que tinham. Nessas idas as feiras de São Rafael, ela encontrara João Francisco de Oliveira, onde deu-se início ao romance. Minha avó se emocionou ao lembrar do primeiro momento que encontrou o seu grande amor e relata: *“Conheci meu marido na Feira de São Rafael, amor à primeira vista, após conhecer ele, ele começou a passear na casa dos meus pais.”*

Figura 07 – Maria Salete de Oliveira e João Francisco de Oliveira



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

João Francisco de Oliveira, era viúvo e trazia com ele duas filhas, mas isso não o impediu o casamento deles. Minha avó relata que ao se casarem na igreja, foram residir no sítio Runfão, que logo após o falecimento dos sogros, vieram a herdar as terras.

“Meus sogros (Francisco Sales de Oliveira e Luiza Maria de Oliveira) tinha duas terra no bom cesso e Runfão, onde os irmão do meu marido herdaram a terra do bom cesso e meu marido o Runfão, pois era lá que ele já residia com a antiga família. Após nos casarmos na igreja passamos a morar no sítio Runfão onde ele já morava com antiga família quando me casei a filha dele já tinha 9 anos de idade. Quando os pais morreram a terra foi herda.”

Após se casarem, formaram uma família com 21 filhos, mas que diante da situação precária na qual eles viviam naqueles tempos, só sobreviveram 14, sendo estes 2 homens e 12 mulheres frutos do casamento entre meus avós, e mais 2 mulheres do antigo casamento do meu avô, totalizando 16 filhos. Minha avó explica que, apenas 14 filhos vieram a trabalhar no roçado:

“Eu tinha 21 filhos, mas só foi possível criar 14 filhos e 2 que meu marido já tinha trago de outro casamento apenas os 14 trabalhava no roçado as minhas 2 filhas mais novas não chegaram a ir trabalhar de enxada.”

Figura 08 – Minha avó, minha mãe e eu comemorando seus 67 anos de vida



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

De acordo com as falas da minha avó, podemos observar que a forma de casamento é bem semelhante à dos meus bisavós, bem como, a criação dos filhos e a forma de trabalho para manter a sobrevivência dos familiares. Neste contexto, vale ressaltar que por existir um número considerável de mulheres nesta família as mesmas desempenhavam duplos papéis, se responsabilizando tanto pelo trabalho no campo como também pelos serviços domésticos o que as caracterizara como sendo diferentes das demais famílias.

Fonseca, (2000), e Souza Lobo, (1991), comprovam que a força de trabalho é sexuada. Ou seja, o trabalho possui gênero, é classificado e valorizado conforme os significados atribuídos (histórico e cultural) ou melhor dizendo, atividades femininas e masculinas.

Na fala de Bruschini, (1982), as mulheres sempre tiveram o papel de executarem as atividades relacionadas ao trabalho doméstico, ao quais, são fundamentais à sobrevivência da família. Atividades essas que incluem o preparo dos alimentos, limpeza da casa, das roupas, entre outras, de forma, que possibilitam ao trabalhador renovar suas energias. De outro modo, as mulheres estão inclusas nas atividades que se referem à formação de novos membros da família, isto é, a reprodução biológica da família.

5.2.1 TRABALHO X ESCOLA

Diante das conversas que eu tive com minha avó, pude identificar que todos os seus filhos chegaram a frequentar a escola, mas somente alguns vieram a se alfabetizar durante o curto tempo em que estiveram na escola, de modo, que tiveram este direito interrompido, pela necessidade de se trabalhar tanto em casa como no campo, ao invés de irem à escola.

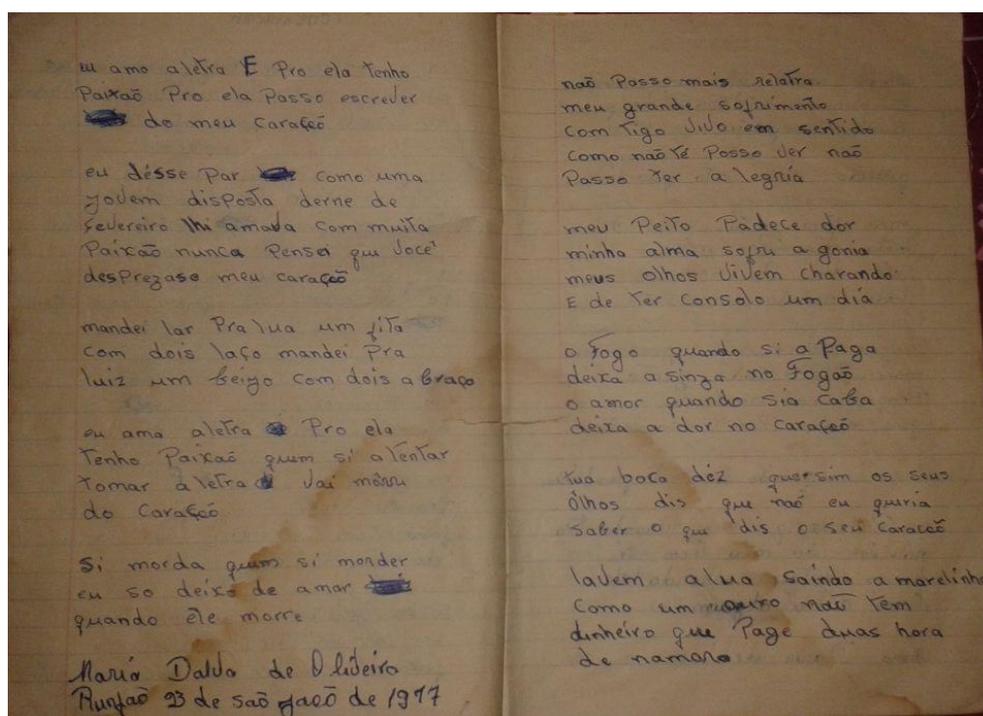
Pode-se dizer que as tarefas domésticas, é um dos principais fatores responsáveis pelo analfabetismo no meio rural, estando essas relacionadas ao estilo de organização familiar que gira em torno do trabalho campo. Nesse contexto, as mulheres além de ajudarem no trabalho da roça, ainda ficam encarregadas pelas tarefas domésticas e cuidado com os irmãos menores, o que acaba dificultando a sua ida a escola, visto que o horário de funcionamento desta acontece, simultaneamente, à realização das tarefas de casa e do campo, é o que enfatiza Dalva, uma das filhas de minha avó (minha mãe):

“Naquele tempo não dava pra estudar não, para quem trabalha no roçado é uma vida muito difícil, quando meu pai tava no roçado todos tinham que está com ele ajudando e quando tava em casa tinha que tomar conta da casa e dos irmão menor, tinha tempo que, tinha que desfilar algodão ou fazer nossa louça de barro para ver se conseguia algum dinheirinho para dividir com as outras” (Dalva).

A proibição do pai aparece, aqui e acolá, acoplada aos motivos, acima mencionados. Tal proibição refere-se ao receio dos seus pais de que as filhas ao aprenderem a ler e

escrever despertem para o namoro e venham a fugir de casa, como mostra a fala da minha mãe, ao falar dos seus pais “quando morava com meus pais, eu estudei até a 4ª série, só que eles não deixavam a gente estudar porque ele dizia que nós íamos começar a mandar carta pra o namorado” (Dalva, 2017). Apesar dos diversos obstáculos enfrentados pelos filhos, alguns conseguiram se alfabetizar como é go caso de minha mãe:

Figura 09 – Escrita da minha mãe: versos produzidos por ela, durante o tempo livre no sítio Runfão- Santana do Matos-RN.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Outro motivo que se refere às mulheres analfabetas da minha família, que começaram a estudar e pararam, os obstáculos de tal interrupção estão relacionados à difícil conciliação entre a escola e o trabalho rural, ou até mesmo da impossibilidade dos pais de manterem os filhos na escola (aquisição de material escolar e fardamento). Como relata a minha avó: “Cheguei a estudar apenas a 3º série, pois tive que parar... que foi quando minha mãe morreu tinha que cuidar dos meus irmãos” (Salette).

Diante do exposto, se constata a evidência de um baixo nível de escolaridade feminina. O trabalho aparece como motivo principal do analfabetismo ou interrupção dos estudos e se constitui, no percurso de vida dos meus parentes, como uma questão de

sobrevivência aliada às condições de pobreza e subsistência o que reflete. Além da questão de classe, se pôde observar que a categoria gênero aparece influenciando o seu status de trabalhadoras, caracterizado pela diversidade e conciliação de ocupações e de tarefas (OLIVEIRA, 2003; CARVALHO; CRAVO, 1988; SARTI, 1997; NEVES, 1984; SALEM, 1981).

As condições atuais de vida das mulheres da minha família e o contexto social de inserção indicam como foi visto no perfil acima descrito, uma situação geral de vulnerabilidade que, de certa maneira, está relacionada às suas próprias trajetórias de vida, no sentido de suas origens.

Embora inseridas nesse quadro estrutural que, de grosso modo, dá a impressão de um estado de permanência, não significa se falar de uma inércia feminina diante desse contexto, haja vista a mobilidade de trabalho aliada às estratégias de resistência presentes nas suas trajetórias de vida e de trabalho. Tais estratégias, geralmente, presentes nas microesferas cotidianas não se apresentam como mudanças radicais e nem estruturais de grande porte, porém significativas, ao longo do tempo, em se tratando das relações familiares e de gênero que, segundo Nussbaum & Sen (1996) e Giddens (2000), se constituem em elementos fundamentais de explicação do desenvolvimento social.

5.2.2 LIDERANÇA DAS MULHERES

As mulheres chefe de família, aqui analisadas, cuja origem é rural tiveram como realidade básica na infância o trabalho agrícola, a falta ou deficiência de formação escolar e outras privações comuns a uma família camponesa pobre que quando muito tinha era a propriedade da terra que lhes servia de moradia e sustento.

Em situações ainda mais difíceis de vida nem o local de moradia como propriedade possuíam, viviam na condição de arrendatários e caseiros, uma espécie de sistema de repartição de bens de consumo e obrigação de trabalho junto aos donos da terra. Podemos observar essa triste situação na vida da minha família quando a minha avó relata sobre sua difícil vida. *“Antigamente quem não tinha terra ia trabalhar na terra dos outros e tudo que produzia era dividido”*.

Podemos observar que os meus bisavós, como também os meus avós eram trabalhadores rurais, analfabetos, com famílias grandes e filhos, também, analfabetos. Aqueles que estudaram limitaram-se a um ou dois anos de estudos, o suficiente apenas para saber ler e escrever, considerado o bastante para suprir os objetivos mais práticos do dia a dia. Os filhos mais novos eram, comumente, os que estudavam, já os mais velhos, tanto homens quanto mulheres, eram os mais sacrificados na família no que diz respeito ao trabalho e obrigações, muitas vezes, ocupando uma posição de substitutos dos pais no contexto familiar.

“Ao me casar com ele continuei a trabalhar junto com meu marido, “aí que tinha que trabalhar para sustentar os filhos”, mas não com muita frequência pois tinha que cuidar das crianças que sempre nascia. Todos meus filhos chegaram a estudar no grupo que tinha próximo de casa apenas 2 foi possível terminar os estudos, pois tinham que sair do sítio para cidade”. (Salete)

O aprendizado do trabalho tanto agrícola como artesanal acontece cedo como processo de socialização e sociabilidade na família de origem. As crianças costumam acompanhar os pais na vida camponesa desde muito pequenas e são progressivamente encarregadas de pequenos trabalhos do tipo espalhar e enterrar sementes, regar plantações, arrancar matos, até tarefas de porte maior, conforme a idade. Mas nem sempre esse trabalho se caracteriza como uma simples ajuda familiar, muitas vezes, se consolida em trabalho infantil, implicando em sobrecarga de peso, tarefas e impedimento aos estudos (CORRÊA; GOMES, 2003).

Minha avó relata na sua fala o que desde muito cedo ensinou as suas filhas a fazer nos intervalos de entre o trabalho no roçado e as atividades de casa.

“Ensinei a minhas filhas a bordar, e costurar, crochê desde muito novas. Mas não vendíamos era apenas para nosso consumo. A mais nova com o tempo quando pegava encomenda era que fazia para vender os bordados. Enquanto as filhas faziam os bordados e as louças nos intervalos do almoço ou na boca da noite os meninos ficavam no roçado, as meninas faziam as coisas apressada pois tinha que ir para o roçado ajudar o pai”. (Salete)

Figura 10 – Produção de Louça de Barro - Um dos artesanatos que minha mãe produzia no tempo livre.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017

As estratégias de sobrevivência se estende a outros aspectos da vida cotidiana da minha família, no qual por não terem uma renda fixa para seu sustento, a exemplo do processo de migração. No meio rural, é comum a migração dos filhos para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho.

“Os meus filhos não ajudavam em casa apenas no roçado, o filho mais velho foi embora cedo para Brasília, ficando apenas 1 em casa após um tempo o outro foi para Brasília morar com ele”. (Salete)

As relações de gênero presentes no cotidiano dessas mulheres indicam, também, um quadro de situações diversas e complexas que impossibilita se considerar apenas uma

das dimensões que as possam traduzir, ou seja, unicamente um quadro de permanências nas relações de gênero, indicando desigualdades e submissão feminina, por um lado, ou mudanças nessas relações, indicando um quadro inteiramente novo de práticas marcado por autonomia e emancipação feminina, por outro lado.

Nas entrevistas percebemos, que tais dimensões que configuram entre a tradição e o moderno, entre o velho e o novo se apresentam, concomitantemente, formando o quadro através do qual se processam as mudanças nas relações de gênero. O que faz com que não se possa afirmar que as identidades femininas, aqui analisadas, sejam construídas exclusivamente em relação aos papéis reprodutivos na família ou signifiquem simplesmente uma reprodução total de práticas e valores tradicionais. Onde podemos ver claramente nas falas da matriarca da minha família, de forma que todas as tradições que vieram acontecer na sua juventude foi reproduzida com suas filhas.

Os relatos da entrevista, mostram não só a responsabilidade das mulheres da minha família pela execução das tarefas domésticas, comprovando, assim, a existência das desigualdades de gênero no âmbito da divisão sexual do trabalho.

A maior participação nas tarefas domésticas e na criação dos filhos, embora reclamada pela maioria é, ao mesmo tempo, corroborada por elas que acabam cotidianamente as executando como sendo uma atribuição de sua responsabilidade, resultado da incrustação dos valores e atribuições de gênero internalizado no processo de socialização e sociabilidade cotidiana. A fortaleza dessa socialização encontra-se no seu caráter simbólico que favorece a naturalização de práticas como essas (Bourdieu; 2002 a; 2001; 1998; 1996).

5.3 ESCLARECENDO O PONTO DE VISTA AGROECOLÓGICO

A Agroecologia se torna intrínseca a este cenário e aparece não somente como uma nova concepção de agricultura, mas também como uma nova concepção de visão e atuação no mundo. Assim, os trabalhos educativos voltados à Agroecologia se tornam geradores de um processo de tomada de consciência que indaga problemáticas globais como o capital, que move o agronegócio, o latifúndio, a manipulação genética visando à produção de transgênicos, o uso do agrotóxico, o consumo indiscriminado, dentre outros,

e visualiza suas consequências dentro do âmbito de vida local dos educandos. Esse processo de tomada de consciência traz consigo propostas que valorizam, por exemplo, o agricultor familiar, os produtos orgânicos cultivados em pequena escala com rotatividade de culturas, o não esgotamento do solo e a preservação da biodiversidade.

Enquanto movimento socialmente organizado, a agroecologia, surge quase paralelamente ao movimento ambientalista, como um contra-movimento à política de modernização agrícola (BRANDENBURG, 2002). No Brasil, aparece diante de contextos de uma política agrária excludente advinda da Revolução Verde, que além da modernização na agricultura, trouxe consigo a utilização de tecnologias intensivas em insumos, sem a distribuição de terras (ALTIERI, 2008), além de disseminar problemas ambientais como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda da biodiversidade (REDCLIFT; GOODMAN, 1991 apud ALTIERI, 2008).

A Agroecologia não se propõe como uma panacéia para resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas de nossos modelos de produção e de consumo, nem espera ser a solução para as mazelas causadas pelas estruturas econômicas globalizadas e oligopolizadas, senão que busca, simplesmente, orientar estratégias de desenvolvimento rural mais sustentável e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis, como uma contribuição para a vida das atuais e das futuras gerações neste planeta de recursos limitados. Defende-se que, a partir dos princípios da Agroecologia.

Para finalizar, pretendo desvendar alguns equívocos conceituais (gnosiológicos) que acredito que estão prejudicando o avanço da transição agroecológica, como também do profissional que venha a trabalhar com o mesmo. Tais equívocos, que nascem especialmente na academia, tratam de confundir Agroecologia com um dado tipo de agricultura. Aqueles que se prendem apenas em seguir a “militância técnica”, não conseguem realmente entender o real significado da agroecologia e acaba se confundindo como também confundindo um pobre agricultor.

A princípio muitos acreditam que agroecologia é apenas o ato de não produzir com veneno, como é o que ocorre com a família Oliveira, diante várias conversas com minha mãe, ela sempre enfatizava que produziam juntamente com seus pais e irmãos, produtos que não se tinham venenos. Até então, acreditavam-se que se faziam práticas agroecológicas, mas, não foi isso que conseguir encontrar nas diversas leitura para

complementar os meus conhecimentos acerca do assunto, ao qual, necessitaria para dar continuidade ao meu trabalho.

Caporal, enfatiza que o primeiro grande equívoco, ao qual está ocorrendo toda esta confusão, é que a “militância técnica”, repassa para os agricultores ou para seus futuros prodígios que a agroecologia e agricultura sem veneno é a mesma coisa. O autor ainda enfatiza que a agricultura sem veneno pode nem ser ecológica ou orgânica. Mas, que devido ao pouco conhecimento sobre a área muitos acabam sendo manipulados e começam a acreditar que estão produzindo de formas agroecológicas.

Então, me veio em mente tentar realmente entender o real significado de agroecologia, a ponto de tentar esclarecer para futuros leitores do meu trabalho o real sentido do mesmo. Assim imagino a quantidades de agricultores que estão sendo manipulados por essa militância, ao qual estão confundindo a cabeça do pobre agricultor. Levarei em consideração a família Oliveira para dar como exemplo acerca de vários agricultores familiares, que estão sendo “enganados” acerca das suas práticas, vindo a confundir a cabeça dos mesmo e fazendo com que os mesmos percam a sua autonomia, para que venham entrar na “na moda do século XXI”, ou seja, a agroecologia.

Podemos conceituar a Agroecologia como um vínculo de seus interesses e suas pretensões no campo da agricultura e da sociedade. Sob uma perspectiva mais superficial, a Agroecologia incorpora ideias ambientais e sentimento social a respeito da agricultura, com características normativa ou prescritiva que ultrapassam os limites da agricultura propriamente dita (HECHT, 1989). Por outro lado, e sob um ponto de vista mais restrito, a Agroecologia se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem no âmbito dos cultivos, o que traduz o seu enorme potencial de aplicação para resolver questões tecnológicas e favorecer o desenho e a gestão de agro ecossistemas sustentáveis.

Como podemos ver, a agroecologia vai além de plantar sem veneno, a produção de hortas com adubos produzidos no seu próprio terreno, ou até mesmo da produção de sementes crioulas.

Acreditava-se, que a produção e técnicas utilizadas na produção dos alimentos da minha família eram práticas agroecológicas, ao qual, os mesmo utilizavam-se apenas produtos que eram disponibilizados no seu território, as sementes para a produção, eram

guardadas de anos anteriores para a plantação, onde podemos ver claramente na fala da minha mãe, quando a mesma relata sobre o armazenamento das sementes.

“A gente guardada as sementes para plantar de um ano para o outro, escolhia as melhores sementes e assim guardava em garrafas plásticas, deixava num canto da casa, esperando o ano seguinte para poder pegar novamente e plantar, naquele tempo a gente fazia do mesmo jeito que faço hoje”. (Dalva)

Em várias conversas, com minha avó e minha mãe, as mesmas falaram as técnicas que eram utilizadas na produção dos alimentos para a sua subsistência. Ambas falaram que a aração da terra era feito através do boi, ou seja, de forma manual. Assim sendo umas das técnicas da agricultura tradicional, que pequenos agricultores utilizavam e utilizam ainda para a produção.

“Para cortar a terra naquele tempo não tinha trator, então tinha que ser com boi mesmo, a gente pegava o boi e cortava a terra para poder plantar, todo ano era a mesma coisa. Cortava a terra com o boi, depois cavava o buraco para poder colocar as sementes e pronto, depois só quando florescesse que a gente ia limpar as covas de feijão, de milho e das outras coisas que plantávamos”. (Dalva)

Ao serem questionadas sobre algum tipo de adubação que utilizavam nas plantações as mesmas falaram que não se utilizavam adubação em todas as plantações, só faziam cortar a terra, cavar os buracos e enterrar as sementes. Relataram que a única espécie de plantação que se era adubada era a plantação de batatas.

“A gente cavava o buraco para colocar as ramas de batata e nesse buraco a gente colocava o estrume ao redor da rama de batata, para poder dar com mais facilidade e ser uma batata boa, porque se não colocasse o esterco não teria uma batata tão boa”. (Dalva)

Durante a entrevista questioneei sobre a manutenção e recuperação do solo da propriedade, se havia ou não, após um certo período de produção, cuidados para que o mesmo no futuro não viesse se prejudicar, quanto a isso, me falaram que todos os anos plantavam na mesma terra, sem descanso ou adubação para repor os nutrientes necessários. Sendo que uma das características da agroecologia é a conservação e a preservação dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu da curiosidade em desvendar aspectos relacionados aos modos de vida da minha família (família Oliveira), contar a trajetória de vida de alguns familiares, destacando o trabalho e as práticas adotadas para o desenvolvimento da agricultura analisadas por meios das lembranças pessoais de minha avó (Salete) e minha mãe (Dalva), as memórias da trajetória pessoal da família pela história de vida através do recorte temático da participação da mulher nas atividades agrícolas, dentro do contexto sobre gênero e agroecologia na tentativa de desvendar se no meu ambiente familiar como era desenvolvido as práticas agroecológicas.

Neste seguimento como resultado desta pesquisa pude compreender como se deu a formação familiar dos meus avós, está apresentando-se como sendo semelhante à dos meus bisavós, que deixou como herança o trabalho na agricultura e a forma de educar os filhos para meus avós, neste contexto observou-se que por existir um número considerável de mulheres, onde as mesmas desempenhavam diversos trabalhos divididos em trabalho de campo e trabalho doméstico o que caracterizava essa família como sendo diferente das demais.

As tarefas domésticas associadas ao trabalho de campo são responsável pelo analfabetismo rural e isso está evidenciado nesta pesquisa através do trabalho das mulheres no campo e a sua organização familiar. As mulheres além de ajudarem no trabalho da roça, ainda ficavam encarregadas pelas tarefas domésticas e cuidados com os irmãos menores, o que acabava dificultando a sua ida a escola.

Diante da situação ao qual foi exposta a semelhança entre a criação dos filhos entre a minha avó (Salete) e minha bisavó (Etelvina), sobre o nível de escolaridade e situação financeira da minha família, sendo filha de agricultores da região do nordeste do Brasil, ao qual só era possível ter acesso ao nível superior pessoas ao qual poderiam ser consideradas ricas, pois filhos de agricultores só podiam trabalhar e no mínimo ter uma escolaridade básica, sabendo apenas ler e escrever e muitas das vezes sabendo escrever apenas o seu nome, como é o caso do meu pai (Francisco).

Diante de uma grande semelhança entre a criação dos seus filhos, o sonho de concluir o ensino básico e cursar um nível superior foi possível para as novas gerações da

minha família. Mesmo sendo agricultores os filhos de Salete não seguiram a semelhança ente a criação dos filhos, vindo a permitir que os mesmo tivessem acesso ao ensino básico e aquele ao qual tivesse o interesse de continuar com seus estudos foram possíveis.

Mesmo com todas as dificuldades minha mãe sempre possibilitou que todos os seus filhos viessem a ter acesso à educação básica, e não chegava a pensar de tirar esse direito de seus filhos, pois a mesma sempre relembra o quanto queria ter acesso à educação e não foi possível devido a sua situação financeira que não possibilitava, como também devido ao trabalho. Sendo a filha mais nova e a única filha que sempre tive o sonho de chegar ao nível superior independente de qual curso seria, onde meus pais sempre me incentivaram para permanecer com os estudos. Eis que no ano de 2012, o grande sonho foi possível. Mesmo sem saber do que se tratava o curso de agroecologia e sem encontrar muitas informações sobre o mesmo nas pesquisas que fiz, onde o pouco que fiquei sabendo era que se tratava de algo relacionado com a agricultura, logo pensei que seria muito interessante ingressar neste curso, pois poderia ajudar a minha família em todos os sentidos.

A princípio eu e alguns familiares acreditávamos que agroecologia é apenas o ato de não produzir com veneno, mas com essa pesquisa e as diversas leituras feitas para complementar os meus conhecimentos acerca do assunto, percebi que a agroecologia vai muito além de produzir sem veneno, assim, descobri que na verdade as práticas desenvolvidas pela minha família, trata-se apenas de uma agricultura sem veneno.

Sendo assim, esta pesquisa foi de fundamental importância para que eu viesse a compreender o real significado da agroecologia, como também saber a fundo a trajetória da minha família, aproximando-me do passado para contribuir com o presente, através desta pesquisa.

Esta pesquisa também contribui para o conhecimento e o reconhecimento acerca da Agroecologia e das relações de gênero no meio rural, servindo como fonte norteadora para os que buscam compreender o real significado da Agroecologia e suas práticas, auxiliando também aos que buscavam desenvolver outras pesquisas sobre esta temática. Ressalto que a agricultura familiar é de fundamental importância para a observação e análise das práticas agrícolas, tendo em vista o delineamento de estratégias viáveis de mudança paradigmática, com finalidade de produção agroecológica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar**: Desafios dos novos padrões sucessórios, Brasília: Unicamp, 1998.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Redescobrimo a família rural**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.1, 1986.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- ARIÈS, P. (1973) **“A história social da criança e da família”**. Editora Guanabara, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1981.
- BARNES, J. A. **Redes sociais e processo político**, In: FELDMAN- BIANCO, B. (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Global, 1987. P. 159-193.
- BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie. **Feminino e Masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BONILLA, José A. **Fundamentos da agricultura ecológica**: sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel, 1992.
- BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico**: trajetória, contradições e perspectivas. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 1., 2002, Indaiatuba. Anais.
- BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.
- Bruschini, Cristina (1982). **A mulher e o trabalho**. In Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg (Orgs) Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense/Fundação Carlos Chagas.
- BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais**: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 11-34.

CAPORAL, Francisco Roberto.; Costa Beber, Jose Antônio. A. **Agroecologia**: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. v.3, n.2, Porto Alegre: EMATER-RS, 2002. p. 13-16.

CONCEIÇÃO, A. C. L. **Teorias feministas**: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. RBSE, v. 24, n. 08, p. 738-757, 2009.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil Curso de gênero 2001/2002. CD Rom.

DEERE, Carmem; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 1999.

Fonseca, Tania M. G. (2000). **Gênero, Subjetividade e Trabalho**. Petrópolis: Vozes.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. 4 ed., Lisboa: Editorial Presença, 1994, 335 p.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

HECHT, S. B. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, M. A. (ed.). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p.25-41.

HIRATA, H. **Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho**: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

_____. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais**. Revista Feminista, Recife, n.2, 2010.

_____. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero**: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, n.7, 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.

JEAN, Bruno. **A forma social da agricultura familiar contemporânea**: sobrevivência ou criação da economia moderna. Caderno de sociologia. v. 6. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 51-75.

LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital*. London; New York: Routledge, 2003, 512 p.

LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração**. A família: santuário ou instituição sitiada? Tradução de Ítalo Tronca e Lucia Szmrecsanyi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. **A família**. In: *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.

_____ (1949) **Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2009. SEGALEN, M. (1996) "Sociologia da família". Terramar, Lisboa, 1999, p. 10.

MICHAELLIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=Ind8>.

MOSER, A. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985, 128p.

NORGAARD, R. B. **A base epistemológica da Agroecologia**. In: ALTIERI, M. A. (ed.). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p.42-48.

ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf Acesso em 10/04/2018.

Sabourin, E. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009 a. 238p.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, n.2, v.20, 1995.

SILIPRANDI, E.C. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Souza-Lobo, Elisabeth (1991). **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. **Diálogos sobre Parentesco**: Memórias, História e Antropologia. In: XI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2011, Novo Hamburgo. *Imigração: diálogos e novas abordagens*, 2010. v. 1.